

Criação e Gestão de Fundos de Pensão: Novas Estratégias Sindicais*

Maria Aparecida Chaves Jardim

Introdução

Sob o nome de reestruturação do mundo do trabalho, Castel (2003) argumenta que ocorre a preponderância da competição entre as empresas, transformando a dinâmica das relações profissionais, substituindo uma gestão coletiva por outra fluida e individual, que leva à mobilidade ou à flexibilização das trajetórias profissionais. Tal dinâmica põe em prática, desde 1970, a (des)coletivização, (re)individualização e insegurança social.

Nesse contexto, o trabalhador é estimulado a ser o empreendedor de si mesmo,

fazer seu posto mais do que ocupar e construir sua carreira fora dos esquemas lineares e estandardizados do fordismo; ele se torna exposto e frágil, porque ele não é mais mantido pelo sistema de regulação coletiva (Castel, 2003, p. 44).

Este autor chama a atenção para a necessidade de enfatizar as profundas ambigüidades do processo de *"individualisation-décollectivisation"*, que atravessam a configuração das mais diferentes organizações do trabalho e afetam praticamente todas as categorias de trabalhadores. Como consequência, os

excluídos tornam-se coleções (e não coletivos) de indivíduos que não têm nada em comum, ao não ser compartilhar a mesma carência – entendida por Castel como a falta de direitos sociais no mundo do trabalho –, o que leva os trabalhadores a serem definidos unicamente pela perspectiva negativa. Acrescenta ainda que o ressentimento que perpassa o ambiente de trabalho acarreta nem generosidade, nem solidariedade; ao contrário, induz os trabalhadores a uma situação defensiva. Tal situação se estende aos sindicatos, que passam a reinventar seu lugar social e a buscar novas estratégias de luta. Dentre elas encontram-se a criação e gestão de fundos de pensão, estratégia que busca unir capital e trabalho, empregado e patrão. Essa discussão será exposta ao longo deste artigo.

Novas Estratégias Sindicais: Novos Lugares Sociais

Com a abertura econômica dos anos 1990, a reestruturação produtiva e a política de privatização, os sindicatos se vêem diante de uma complexa situação, que inclui desemprego e precarização da mão-de-obra, conforme relata Iram Rodrigues (2002). Nesse contexto, se destacam os efeitos ocor-

* Este artigo é resultado de reflexões desenvolvidas durante a pesquisa de doutorado orientada pelo professor-doutor Roberto Grün, financiada pela Fapesp/Capes.

ridos sobre o mundo do trabalho (Santana e Ramalho, 2003), tais como queda na taxa de sindicalização e arrefecimento de práticas tradicionais como greve e paralisação (Rodrigues, *op. cit.*, 2002).

Diante desse quadro, os sindicatos enfrentam atualmente uma “crise” em que suas políticas e estratégias de ação parecem impotentes para deter a destruição dos direitos trabalhistas; têm sido grandes suas dificuldades de se relacionar com uma força de trabalho de características diversas e heterogêneas.

Essa situação é um contraponto à década anterior (1980), quando o movimento sindical viveu um momento particularmente positivo (Antunes, 1995), com a criação de centrais sindicais que passariam a coordenar nacionalmente as ações dos trabalhadores, dentre delas a Central Única dos Trabalhadores (CUT), em 1983. Além disso, beneficiado por um período de transição política para a democracia e um contexto econômico de alta inflação (Santana, 2002), o movimento sindical organizou grande número de greves, especialmente entre os anos de 1984 a 1987.¹

Segundo Noronha, as greves brasileiras dos anos 1970 e 1980 representavam um misto de demandas trabalhistas, descontentamento social ou político, explosão de demandas reprimidas durante os anos de autoritarismo, e estratégia de consolidação de novas lideranças sindicais. Fortemente concentradas no setor industrial, na área metalúrgica da região do ABC paulista, foram se espalhando rapidamente para outros municípios, estados e outras categorias do setor privado. O autor conclui que a greve foi a expressão mais evidente dos temas e interesses não-pactuados, mas altamente competitivos e conflituosos do processo de transição do Brasil.

Após 1985, o país passou a se situar entre aqueles com maiores taxas de greve,

particularmente devido aos conflitos na esfera pública, onde se instalou o que Leôncio Rodrigues (2002) denomina de “novo sindicalismo”. Segundo este autor, o avanço do sindicalismo do setor público foi resultante da democratização da política de massa e da expansão dos serviços públicos oferecidos pelo Estado. Esse “novo sindicalismo” gerou novos líderes sindicais, com reivindicações específicas, que deram nova roupagem ao movimento sindical. Afinal, o “Estado é um empregador mais tolerante com o movimento associativo do que o patronato privado” (Leôncio Rodrigues, 2002, p. 88).

A greve foi a forma básica de ação sindical nesse período, colocando questões não-previstas aos atores da transição, e abrindo brechas no “pacto das elites”. Noronha (1991) afirma que os sindicalistas foram interlocutores válidos do Governo Sarney, embora sem peso efetivo na definição de políticas. Nesse sentido, os limites da força sindical e do espaço aberto naquele “pacto” foram dados pela sua incapacidade de alterar, para além da agenda, as políticas do governo.

Se, nos anos 1980, a preocupação do movimento sindical era com questões econômicas e salariais, nos anos 1990 ela foi substituída pela garantia de emprego e pelo combate ao desemprego (Santana, 2002). Iram Rodrigues (2003) enfatiza que a estratégia sindical nos anos 1990 foi bem diferente daquela desenvolvida nas duas décadas anteriores, passando a constar da agenda sindical, além da defesa do emprego, a participação nos resultados, a mudança na gestão e organização do trabalho, com inovação contínua, trabalho em grupo, logística, desverticalização/terceirização, manufatura celular e a flexibilização da jornada. Isso se deu devido à realidade de um processo produtivo reestruturado, o qual

levou (e tem levado) à precarização nas relações de trabalho. Da mesma forma, tem forçado os sindicatos a rever suas estratégias. Assim, emerge nos anos 1990 uma nova relação entre capital e trabalho no ABC paulista, cuja pauta central é o desemprego (Iram Rodrigues, 2003).

Este autor ainda registra que houve mudança no sindicalismo pregado pela CUT, principalmente nos sindicatos do ABC, que estariam buscando um comportamento do tipo “cooperação conflitiva”, ou seja, embora o conflito seja explícito, há preocupação com a cooperação. A necessidade de conceber e negociar novas bases de solidariedade representaria um dos grandes desafios para os sindicatos. Santana e Ramalho (2003) falam do surgimento de um “sindicalismo de conciliação”, algo semelhante ao “novo sindicalismo”, que apontava sensível mudança nas relações capital-trabalho.

Segundo Pedroso (2005), a privatização das empresas públicas do setor elétrico teve efeitos negativos sobre o sindicalismo dessa área. O autor afirma que os sindicatos, sobretudo os do setor elétrico de São Paulo, viram-se numa situação ambígua e contida durante o período das privatizações, já que foram avigorados pela individualização da situação do trabalho, da remuneração e da competência; naquele contexto, houve enfraquecimento dessas entidades, deixando os trabalhadores sob tensão, levando-os a ser responsáveis pelo próprio destino.

Os fatores de enfraquecimento sindical foram, para Pedroso, o aumento do desemprego, a ampliação dos empregos precários e a debilidade dos funcionários dessas empresas, fatores esses reforçados pela imagem negativa que as empresas estatais e seus funcionários tinham na opinião pública. Sem o apoio desta, os próprios filiados, com medo do desemprego, afastaram-se do sindicato.

Até mesmo devido a esse enfraquecimento, o sindicalismo brasileiro vem buscando novas alternativas e estratégias (Santana, 2002), visando enquadrar-se nas recentes configurações do capitalismo. Uma delas é sua inserção em novos espaços sociais, de que trata Leite (2003). A autora cita a experiência com as câmaras setoriais/regionais e o orçamento participativo, lançado em Porto Alegre, em 1989:

Embora de pouca visibilidade, por serem em sua maioria ainda muito recentes e localizadas, as experiências de criação de novas institucionalidades vêm apresentando importantes desafios à realidade social (Leite, 2003, p. 163).

Para ela, as câmaras setoriais são um desafio à realidade social. A comissão de fábrica e a câmara regional, idealizada por Celso Daniel, são formas de “governança” que constituem importantes movimentos de resistência ao quadro social. Significa a participação da sociedade civil nas decisões relativas à vida local, apontando para o fortalecimento de um espaço público baseado em novas relações entre o público e o privado.

Inicialmente calcadas em parcerias entre sindicatos e governos locais em áreas rurais, para combater a miséria e o desemprego e promover o desenvolvimento sustentável, e contando com a participação dos trabalhadores em fóruns tripartites e de gestão de fundos públicos, as câmaras setoriais, segundo Leite, são uma experiência que aponta para um novo modelo de sociabilidade e de governabilidade, para um novo conceito de desenvolvimento econômico e para novas formas de regulação social, que incorporam o conjunto de interesses sociais.

No Governo Fernando Henrique Cardoso, diversos quadros ligados ao PT e à CUT tentaram reerguer a idéia das câmaras

setoriais surgidas com força durante o mandato de Itamar Franco:

num contexto em que o consenso de Washington se impunha como o único caminho possível para as economias latino-americanas, as câmaras tornaram-se as respostas petistas práticas aos problemas do desemprego e do desenvolvimento econômico (Grün, 2004, p. 25).

Iram Rodrigues (1991) afirma que a discussão sobre comissão de fábrica, comissão de empresa e comissão de garagem sempre estiveram presentes como pano de fundo do movimento sindical e que, ao mesmo tempo, há uma tendência de ampliação dos espaços democráticos no interior das empresas, sendo este um processo ambíguo, que, em alguns casos, se choca com os interesses mais imediatos das direções sindicais. O autor conclui que as comissões surgiram como um tipo de instituição promissora que expressava a organização capitalista do processo de trabalho, aportando não somente o interesse do capital, mas também o do trabalho. E Oliveira (citado por Ramalho, 2002, p. 100) acrescenta que as câmaras seriam a “construção pactuada” de esferas públicas, em que interesses divergentes pudessem ser negociados com alguma transparência e disposição, tanto pelo lado do capital como do trabalho.

Analisando o contexto francês, Grozelier (2006) diz que todos os sindicatos atualmente estão na defensiva e por isso eles têm grande dificuldade de responder às demandas dos trabalhadores e à nova organização do trabalho.

Segundo Castel (2003), a representação coletiva dos interesses do mundo do trabalho entrou em sinergia com o modo de gestão burocrática administrativa, que classifica as populações em categorias homogêneas em

função do emprego, da *guilda*, da hierarquia. A homogeneidade do mundo do trabalho foi colocada em questão pelo desemprego em massa e pela precarização das relações de trabalho, afetando diretamente a baixa hierarquia. A solidariedade dos estatutos profissionais tende assim a se transformar em concorrência entre iguais, ou seja, em vez de unir todos os membros de uma categoria em torno de benefícios coletivos para a mesma, cada um busca melhorar ou manter sua própria condição.

Sobre as estratégias de luta dos sindicatos franceses, Grozelier (2006) acrescenta que as reivindicações têm convergido para salário, condições e organização do trabalho, emprego e precariedade. Esses são temas centrais na agenda sindical deles. A autora sugere que o sindicato deve dispor de um projeto, para que não fique simplesmente na resposta às estratégias dos patrões e do governo, e que o movimento sindical precisa ter um plano para o futuro, com idéias e diretrizes. O mesmo pensamento já se encontrava em Leôncio Rodrigues (2002), para quem deveriam ser criados novos papéis para os sindicatos ou novas organizações de trabalhadores, que adequassem as necessidades de ambas as partes.

Santana (2002, p. 44) enfatiza que, diante da queda do poder de mobilização e da ausência no cenário nacional, os sindicatos procuraram ampliar sua pauta e inserir-se em novos espaços “que lhes permitissem continuar existindo e se movimentando”. O autor apresenta algumas estratégias atualmente utilizadas pelo movimento sindical, como:

- articulação com outros movimentos sociais (terra, moradia, justiça etc.);
- abertura para novos temas (ambiente, gênero, raça, educação do trabalhador etc.); e
- incorporação de práticas alternativas de intervenção, negociação e organização

(câmaras setoriais/regionais, políticas públicas e sociais e articulação no âmbito do Mercosul).

Leôncio Rodrigues (2002) afirma que as respostas do sindicalismo não são apenas reações automáticas às mudanças ambientais; elas decorrem de transformações que acontecem nos sindicatos enquanto organizações, e que passam, quase fatalmente, pelos interesses e valores das lideranças sindicais, e são:

- respostas de natureza coletiva: dirigidas aos trabalhadores enquanto grupos, e que, conseqüentemente, envolvem as estratégias sindicais clássicas de mobilização;
- respostas orientadas para o trabalho individual;
- respostas organizatórias referentes à modificação na própria estrutura sindical.

A revisão bibliográfica mostra que os sindicatos têm buscado melhorar e diversificar os serviços oferecidos aos sindicalizados, sobretudo a preços especiais, tais como: cursos, empréstimos, cartões de crédito, consultorias em assuntos profissionais sobre direitos dos empregados e seguridade social, imposto de renda, negociação do contrato individual de trabalho e outros assuntos equivalentes. Da mesma forma, as fusões têm sido respostas defensivas dos sindicatos e decorrem do declínio do número de associados e/ou da mudança no mercado de trabalho e na tecnologia de produção.

Em sua pesquisa, Jardim (2007) verificou que os sindicatos têm utilizado estratégias que vão além daquelas pontuadas anteriormente, a saber:

- passaram a criar fundos de pensão (previdência privada associativa) para seus associados;
- fazer a gestão dos já existentes fundos de pensão dos trabalhadores por meio dos conselhos deliberativos e fiscais;

- tornaram-se agentes da governança corporativa, visando legitimar sua presença em vários espaços do mercado financeiro (conselhos de fundos de pensão, conselhos da Bovespa, Conselho Monetário Nacional, dentre outros);
- tornaram-se agentes da responsabilidade social, ao defenderem o investimento dos recursos dos fundos de pensão em atividades socialmente responsáveis e éticas.

Para Leite (2003), Santana e Ramalho (2003), as novas estratégias sindicais seriam respostas a uma possível “crise” do setor, ou mais, a “uma crise aguda”, nas palavras de Iram Rodrigues (2002).

Beynon (2003, p. 58) afirma que

é bastante comum referir-se ao declínio da influência dos sindicatos na política nacional, ao declínio do número de filiados e à dificuldade que eles têm, como organizações nacionais, de lidar com sistemas globais de produção e distribuição, como crise.

Citando exemplos europeus, o autor acrescenta que há certo exagero em torno da questão da crise, uma vez que, embora tenha caído o número de filiados de sindicatos em muitos países, houve aumento da filiação no Reino Unido. Além disso, há forte evidência de que os trabalhadores continuam a se preocupar com a pressão que sofrem do patrão.

Leôncio Rodrigues (2002) fornece outro argumento para o debate. Afirma que a dificuldade para a mobilização dos trabalhadores e, portanto, para os sindicatos conservarem seu tradicional papel de representação de interesses amplos, advém do fato de que nem todas as mudanças foram desfavoráveis aos empregados, embora possam ter sido negativas para o sindicalismo ou para o poder sindical. Nesse sentido, houve

mudanças no poder de barganha dos sindicatos, expansão das novas formas de organização, que premiam a flexibilidade e a participação do empregado e a diversificação das preferências dos trabalhadores.

Por sua vez, Jardim (2007) declara que o discurso de crise *stricto sensu* deve ser empregado com cautela; aponta que segmentos do movimento sindical têm reconstruído seu lugar social com uma agenda que inclui o diálogo com o mercado financeiro e a busca de novos interlocutores.

No artigo “Trabalhadores, sindicatos e a nova questão social”, Santana e Ramalho (2003, p. 36) concordam que os sindicatos têm se defrontado com questões complexas, mas apostam no sucesso de suas estratégias de resposta à “crise”.

Para o sindicalismo e os sindicalistas, vão sendo postas tarefas que necessitam de atenção redobrada, se quiserem manter e ampliar sua importância histórica. O que se tem visto hoje no mundo inteiro tem sido uma lenta, sólida, retomada das atividades do movimento sindical.

Já que esse artigo aborda a crise sindical, é relevante compreender o conceito de crise. Leôncio Rodrigues (2002) indaga se o sindicalismo vive “crise” ou “declínio” e busca entender a morfologia das palavras. Para ele, “crise” seria uma alteração súbita nos rumos de um processo, uma ruptura de uma situação de equilíbrio ou um desenvolvimento que até então seguia rumos normais, quer dizer, previsíveis. “Declínio” é entrar em decadência, decair, perder vitalidade de modo inexorável, ainda que o ritmo possa ser mais lento ou mais rápido. “É um processo, mais do que um estado” (p. 20). O autor afirma que o declínio indica enfraquecimento, que não precisa acontecer súbita e rapidamente, e que, no caso do sindicalis-

mo, crise não é necessariamente sinônimo de agonia. O sindicalismo poderia estar passando por uma fase difícil, mas passível de superação após algumas reformas. Já o termo declínio remete a um processo de enfraquecimento do organismo, mas que não deve, forçosamente, provocar alterações bruscas nas formas de organização, nas estratégias, nos valores da instituição sindical. Declínio pode gerar crises, quer dizer, alterações dramáticas às vezes inesperadas, num padrão de desenvolvimento; crise pode levar ao declínio que, continuado, implica o fim. Rodrigues prossegue ponderando que o quadro que parece caracterizar o sindicalismo brasileiro sugere mais declínio do que crise. Assim, o que parecia ser uma crise nos anos 1970, adquiriu o caráter de declínio nos anos 1980, à medida que os sindicalistas não encontravam respostas satisfatórias para pôr fim à persistente redução de seus filiados e dos espaços que havia conquistado após a Segunda Guerra.

Jardim (2007) fala de “crise das estratégias e finalidades tradicionais dos sindicatos”, e que, sendo assim, o movimento sindical (ou parte dele) tem (re)configurado sua pauta sindical, (re)significando os mecanismos de participação e inserção. Da mesma forma, os sindicatos têm se tornado interlocutores do governo, de empresas multinacionais e nacionais de fundos de pensão, da Bovespa e, por fim, de diversos atores do mercado financeiro, apoiados no discurso da legitimidade moral, já que acreditam serem moralmente reconhecidos para defender os “interesses financeiros” dos trabalhadores.

Igualmente, para inserção no espaço financeiro, utilizam-se do discurso de governança corporativa, sustentabilidade e responsabilidade social, bem como do investimento ético. Ela sugere que a relação capital-trabalho está sendo (re)significada, tanto pelo representante do capital (merca-

do financeiro), atualmente hegemônico no contexto de financeirização, como pelo representante do trabalho (sindicatos e centrais sindicais).

Sobre a afirmação de Leite (2003) acerca da pouca visibilidade das novas estratégias sindicais, Jardim (2007) ressalta que, no caso da criação e gestão dos fundos de pensão pelos sindicatos, não se trata de uma estratégia de pouca visibilidade, ao contrário, é uma estratégia ambiciosa que exige mudança de convenção cognitiva (Douglas, 1998) dos sindicalistas, bem como alto investimento em formação no mercado financeiro. É uma estratégia de dimensão política, que tem sido eufemizada e transfigurada pela alquimia do econômico (Bourdieu, 2001). Os fundos de pensão enquanto bandeira sindical é o tema do próximo item.

Criação e Gestão de Fundos de Pensão: Novas Estratégias Sindicais

Jardim (2007) afirma que os sindicatos dos bancários, eletricitários, telefonistas, petroleiros, bem como dirigentes das três grandes centrais sindicais do país, CUT, CGT e FS, passaram a reivindicar a criação de previdência privada para seus associados e, sobretudo, sua participação ativa nos conselhos dos fundos. Dessa forma, tentam estender o mandato de representação dos empregados na empresa para os fundos de pensão, se colocando como legítimos representantes e defensores da poupança dos trabalhadores (Grün, 2003).

O que chama a atenção nessa estratégia sindical é o caráter inédito dessa diretriz. Extrapolando o tripé clássico da ação sindical – salário, condições de trabalho e redução da jornada –, o sindicalismo brasileiro busca unificar os sindicatos em torno de vul-

tosas somas dos fundos de pensão, tendo discursivamente a preocupação com a financeirização do capital, a desigualdade social e investimentos éticos e de responsabilidade social.

Essa aproximação entre sindicalistas e mercado financeiro apresenta uma nova variável na história do sindicalismo brasileiro e uma nova natureza na relação capital-trabalho. Antunes (2004) (re)define esse sindicalismo que passa a interagir com o mercado financeiro como “sindicalismo de negócio”.

Ao estudar o interesse sindical por fundos de pensão, Sauviat (2003) comenta que as diferentes iniciativas nesse sentido emergiram principalmente nos países onde havia declínio relativo na capacidade de intervenção dos sindicatos, ou seja, declínio de greves, das taxas de sindicalização e de negociação coletiva.

Comentando o caso francês, Aglietta (2005) defende claramente a gestão dos fundos de pensão por sindicatos e trabalhadores, já que essas associações devem contribuir para a “socialização do capitalismo” através do salário. Sobre a questão, Lordon (2000, p. 96)² acredita que

mesmo que o acionista salarial seja visto atualmente como símbolo da reconciliação entre capital e trabalho, há, na verdade, um gabinete especializado que decide as prioridades de investimento.

Nesse sentido, o autor considera que os trabalhadores serão sempre excluídos.

Qual é então o real poder dos sindicatos (sobretudo os brasileiros)?

Sindicatos no Mercado de Fundos de Pensão: Relação Assimétrica

Oliveira (2003) comenta sobre a nova postura das centrais sindicais e dos sindicatos a respeito dos fundos de pensão. Para ele, trata-se de uma “nova classe salarial”, constituída por trabalhadores transformados em gestores de fundos de previdência.

Assim sendo, o autor alerta que não se pode ver como indiferente o contexto no qual o capital se financia com o dinheiro dos trabalhadores, que os operadores do financiamento sejam sindicalistas, que os banqueiros sejam intelectuais, que a causa cristalizadora da nova fragmentação seja um processo feito alhures. Tal é o envolvimento dos trabalhadores com os fundos de pensão, que um desavisado poderia pensar que está diante de uma sociedade socialista.

A nova classe social tem unidade de objetivo, formou-se no consenso ideológico sobre a função do Estado, trabalha no interior dos controles de fundos estatais e semi-estatais e está no lugar que faz a ponte com o sistema financeiro. Aqui não se trata de condenação moral, mas de encontrar as razões para o que, para muitos, parece uma convergência de contrários desproporcionada e atentatória contra os princípios do Partido dos Trabalhadores (Oliveira, 2003, p.148).

Oliveira (2003, p. 147) acrescenta ainda que o lugar na produção para essa nova classe social é o acesso ao fundo público.

Não se trata de equívoco nem da tomada de empréstimo do programa do PSDB, mas de uma verdadeira nova classe social, que se estrutura sobre, de um lado, técnicos economistas *doublés* de banqueiros, núcleo duro do PSDB, e trabalhadores transformados em operadores de fundos de previdência, núcleo duro do PT. A identidade dos dois casos reside no controle do acesso aos fun-

dos públicos, no conhecimento da “mapa da mina”.

E afirma que os fundos de pensão ampliam a distância entre as duas classes sociais; afinal, os papéis de dirigente de fundos e de trabalhador tornaram-se confusos. Ademais, os sindicatos vivem o “dilema do prisioneiro”, pois os trabalhadores desempregam quando decidem pelos fundos de pensão.

Num momento posterior, em 2006, Oliveira defendeu argumentos parecidos: falou da existência de uma nova classe dentro do PT, que influenciava poderosamente o partido, e cujas raízes estavam na posição a que certos trabalhadores foram levados, por exemplo, na administração de fundos de previdência nas estatais, na administração do Fundo de Amparo ao Trabalhador, na convivência com organizações do tipo BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social). Segundo ele, isso foi criando uma ideologia comum e gerou um descolamento, porque o trabalhador que exerce a administração de um fundo fica dividido. E, nessa divisão, quem ganha é o lado administrador de fundos. Finaliza o argumento afirmando que esse quadro emergiu das poderosas modificações na sociedade brasileira ocorridas com o processo de globalização e, sobretudo, com o processo de financeirização da economia, que atingiu camadas de trabalhadores e os transformou em gestores de fundos capitalistas.

Com inspiração em Bourdieu, Jardim (2007) considera o mercado de fundos de pensão provisoriamente como um “campo”, com autonomia relativa, com pólos dominados e dominantes, em constante luta para a definição precisa da configuração em torno dos fundos de pensão.

Nesse sentido, a autora questiona se os dirigentes sindicais de fundos de pensão têm realmente poder, se exercem realmente

influência sobre a agenda financeira. Na sua leitura, os dominantes seriam os “dirigentes tradicionais” de fundos de pensão³ e os dominados seriam os “dirigentes sindicalistas”, vanguarda que tenta colocar a pauta dos fundos. Se esse “campo” é permeado de relações de força, é possível compreender as tensões próprias do “campo”, bem como os limites do poder dos sindicalistas.

Portanto, cada grupo social faz uso de trunfos específicos, acumulados em lutas anteriores: os sindicalistas afirmam que são os legítimos representantes dos trabalhadores, ampliando para a esfera econômica o capital simbólico acumulado na esfera trabalhista; os “dirigentes tradicionais” argumentam que os sindicalistas não têm formação em finanças e nem dominam os códigos do mercado.

Como se pode notar, na luta pela configuração dos destinos dos fundos de pensão, os agentes divergem e convergem, buscando o consenso. Essa luta busca definir uma agenda no “campo dos fundos de pensão”, esclarecer quem o dirige, e saber qual tipo de *expertise* é necessário para dirigi-lo.

Analisando os fundos de pensão pela ótica do conceito de “campo”, percebe-se uma disputa complexa, na qual os sindicalistas são a força dominada. Assim sendo, embora os sindicalistas estejam no mercado e tentem dar voz ao discurso de “domesticação do capitalismo”, de defesa da poupança dos trabalhadores e “humanização das finanças” (Jardim, 2007) – em prol de um capital produtivo –, na prática o poder dos sindicalistas se resume à proposição de uma pauta em torno do desenvolvimento sustentável e da inclusão social.

Na mesma linha, em pesquisa sobre o capitalismo francês, Guilhot (2006) chama a atenção para uma luta simbólica existente entre “capitalistas gestores dos fundos” e os “capitalistas proprietários”, já que existe

uma tensão entre o modelo dominante de empresa e o modelo de acionista salarial.

Jardim (2007) defende que, embora os sindicalistas estejam no mercado, não houve realmente uma mudança significativa proposta pelos sindicatos, já que estes não possuem influência decisiva nos comitês dos quais participam; ou seja, o poder de negociação dos sindicalistas na mesa dos empresários é limitado. Nesse sentido, a estratégia é mais interna que externa, e os fundos de pensão podem ser vistos como possíveis respostas à “crise das estratégias e finalidades tradicionais” que abala o setor.

Se, na leitura realizada por Oliveira (2003, 2006) – que desconsidera as relações de força no espaço de fundos de pensão, a existência de capitais simbólicos utilizados pelos atores em suas lutas cotidianas, bem como a autonomia relativa do “campo” – os sindicalistas se “venderam” ao capital, na leitura “relacional” de Jardim (2007), os sindicatos “não se venderam aos fundos de pensão” e nem têm controle sobre os mesmos. Ao contrário, estão em luta simbólica com os dirigentes tradicionais dos fundos, que exercem violência simbólica sobre os sindicalistas.

Dessa forma, a intensa busca de formação financeira por parte dos sindicalistas traduz as relações de força que definem a *expertise* necessária para que os *outsiders* (os sindicalistas) venham a ser aceitos pelos estabelecidos (os dirigentes tradicionais do mercado).

Lordon (2000, p. 97)⁴ faz uma leitura na linha de Oliveira, e afirma que

se pensarmos que o campo das finanças tem vida própria, envolvida em um conjunto de regras e regulações, poderíamos pensar que não haveria espaço para um comportamento sindical.

Numa leitura otimista, acrescenta o autor, os assalariados obteriam um certo poder sobre a política da empresa e ganhariam *status* de proprietário dos meios de produção.

Com inspiração na nova sociologia econômica,⁵ é possível sugerir que o campo das finanças não possui vida própria e nem se auto-regula como afirma Lordon (2000); ou seja, o mercado é permeado de relações de força e de lutas entre distintos atores que têm capitais simbólicos acumulados de experiências anteriores. Assim buscam definir a configuração precisa em torno dos fundos de pensão.

Portanto, apesar dessa estratégia sindical ser eficaz do ponto de vista político e econômico, trata-se de uma estratégia de maior visibilidade interna ao mundo sindical. Externamente, os sindicatos não possuem poder relevante e não tomam decisões significativas no mercado financeiro. Essas decisões têm sido de caráter marginal e de natureza assimétrica.

A pesquisa empírica realizada por Remond (2002/03), na Inglaterra, ajuda a exemplificar o argumento. Ele observou que, apesar dos conceitos de capitalismo acionário, governança corporativa, os empresários souberam contornar, em seu próprio benefício, os novos mecanismos de controle dos sindicatos. Assim, a participação do trabalhador nos fundos de pensão ingleses é indireta, exercida por intermediários, ou seja, através de participação representativa. A crítica de Remond é de que a representação indireta é manipulatória, portanto seria uma forma de controle sobre os trabalhadores; “a participação direta levaria os acionistas a contestarem o funcionamento da empresa”, por isso os empresários optaram pela representação indireta. Com ela, quem realmente faz parte da gestão é um pequeno grupo eleito pelos trabalhado-

res, mais sujeito a ceder às pressões das empresas.

Esse exemplo mostra que não basta estar no mercado, é necessário poder para influenciar nas decisões; e esse poder é acumulado no decorrer de relações, que podem convergir ou divergir. Como essas relações são assimétricas, estabelecidas pelo mercado de fundos de pensão, elas se traduzem em poder limitado dos trabalhadores. Dessa forma, Jardim (2007) acredita que os fundos de pensão fazem parte de uma estratégia mais de caráter político do que econômico, com maior reflexo interno do que externo no movimento sindical. Assim sendo, ela é mais significativa enquanto criação do espírito associativo junto aos sindicalizados, e estabelecimento de uma relação de maior proximidade entre direção sindical e trabalhadores. No caso brasileiro, os fundos de pensão podem significar respostas à “crise das estratégias e finalidades” tradicionais que abalam o setor. Mesmo passível de críticas por parte de segmentos sindicais, essa estratégia tem maior influência no “mundo sindical” do que no cotidiano do mercado financeiro.

Com inspiração na *economia das trocas simbólicas*, de Bourdieu, Jardim (2007) argumenta que o envolvimento dos sindicalistas com os fundos de pensão não deve ser justificado por interesses puramente econômicos. Nessa perspectiva, os sindicalistas não são tratados como se fossem movidos por ações conscientes, de natureza unicamente econômica, em busca do lucro e do dinheiro.

Com apoio em Mauss (1974), Jardim (2007) argumenta que, devido às relações pautadas na honra, é possível existir hábitos desinteressados em uma sociedade. Portanto, considerando o espaço dos fundos de pensão como de cunho moral e de reciprocidade para salvaguardar as relações estabele-

cidas (ou em vias de serem estabelecidas) entre sindicatos e trabalhadores, os sindicalistas entraram no “jogo social” porque realmente acreditam na proteção da poupança dos trabalhadores e no investimento desta em prol dos mesmos.

Nesse sentido, os sindicalistas não agem em direção aos fundos de pensão orientados simplesmente pelo lucro econômico, mas pela crença e mesmo pela relação de honra estabelecida com os trabalhadores que representam. Assim, agir pelo lucro, colocaria em risco todo o capital simbólico acumulado no espaço das lutas trabalhistas. A relação de confiança entre sindicatos e trabalhadores, entre centrais sindicais e sindicatos, e, finalmente, entre centrais e trabalhadores, é o princípio de salvaguarda dessas relações, que necessita de um esforço cotidiano para a criação e manutenção da confiança. Essas entidades não arriscariam a honra e a confiança conquistadas por interesses puramente econômicos.

Numa perspectiva diferenciada daquela defendida por Jardim (2007), Lordon (2000, p. 98) aborda os limites de poder e de negociação dos sindicatos, ou seja,

os patrões conscientes do jogo, procuram enfraquecer sua expressão. Eles não querem o assalariado gerindo ou controlando a empresa. Controlador formal é somente uma evidência jurídica, longe da realidade. Quem controla realmente as poupanças são os grandes financistas.

Considerações Finais

Discute-se na academia, sobretudo os sociólogos do trabalho, sobre a crise que vive o sindicalismo brasileiro contemporâneo. Este artigo vem ao encontro do debate, evidenciando, por meio de levantamento bibliográfico, as novas e diversas respostas

sindicais a essa possível crise. No desenrolar dos argumentos, enfatiza a aproximação entre sindicatos e centrais sindicais com o mercado financeiro, apontando a existência de um diálogo entre eles, que ora converge, ora diverge, especialmente na criação e gestão de fundos de pensão. É importante ressaltar que a convergência de interesses recebe o estímulo do Governo Lula.

Portanto, os fundos de pensão chegaram à agenda do atual governo cristalizados numa retórica que valoriza o coletivismo em detrimento do individualismo pregado pela previdência aberta; ou seja, os fundos devem buscar, sobretudo, investir o dinheiro dos trabalhadores em benefícios deles próprios.

Nesse sentido, o governo federal tem (re)orientado a política dos fundos de pensão para que passem a ser considerados um importante instrumento de inclusão social do país, capaz de colaborar no desenvolvimento sustentável e no investimento em infra-estrutura, gerando emprego e renda. Nesse processo, o papel de alguns segmentos sindicais, sobretudo da CUT, é extremamente relevante.

Apoiados no discurso de governança corporativa, que prevê a proteção dos direitos minoritários, e sobretudo no discurso de que são os legítimos defensores da poupança dos trabalhadores, as centrais sindicais exigem participação nos conselhos dos fundos e buscam influir nos processos decisórios sobre os recursos dos trabalhadores, estendendo para o espaço financeiro sua atuação no espaço trabalhista. As centrais sindicais lançam mão também do discurso de responsabilidade social, que prevê investimentos somente em empresas que possuem atividades socialmente responsáveis, como respeito ao meio ambiente, respeito ao negro e à mulher e a não-utilização da mão-de-obra infantil e terceirizada, dentre outros critérios.

Discursivamente, o objetivo é evitar que o dinheiro dos trabalhadores seja usado em atividades ilegais ou em atividades que prejudiquem o próprio trabalhador, como na época das privatizações. Assim, os sindicatos justificam moralmente sua inserção no mercado financeiro, defendem que os fundos de pensão são um instrumento na luta contra o processo de financeirização da economia; que são os legítimos representantes da poupança dos trabalhadores; que essa poupança deve ser usada em prol desse grupo, em atividades produtivas e éticas; que investindo os recursos dos trabalhadores em atividades produtivas, os fundos de pensão colaboram para frear a política especulativa e a financeirização; que a meta dos fundos deve ser a rentabilidade, contudo, como resultado de atividade produtiva e socialmente responsável.

Da mesma forma, acreditam que os fundos de pensão devem possibilitar o fortalecimento dos sindicatos, com aumento das taxas de sindicalização e maior aproximação com os trabalhadores, criando a longo prazo a “cultura previdenciária” e a “cultura associativa”. Contudo, ao mesmo tempo que as centrais se fortalecem e passam a buscar legitimidade no campo financeiro, ocorre uma

queda no seu campo tradicional de atuação, ou seja, redução do número de greves e paralisações.

A preocupação com a qualificação dos sindicalistas envolvidos na gestão dos fundos de pensão é uma nova variável no movimento sindical, que tem oferecido aos dirigentes sindicalistas de fundos de pensão uma variedade de cursos, palestras, seminários e contato com sindicalistas estrangeiros, especialmente canadenses e norte-americanos – onde essa discussão está mais avançada –, visando prepará-los de forma técnica e ideológica para lidar com o assunto. A busca por formação é resultado, ainda, da luta simbólica entre “dirigentes tradicionais” de fundos de pensão e dirigentes sindicais.

Finalmente, as novas abordagens do sindicalismo brasileiro (que passam pelas câmaras setoriais, orçamento participativo, fundos de pensão etc.) constituem estratégias de luta e de novas respostas à possível “crise” do setor, visando adequá-lo ao contexto de arrefecimento de suas tradicionais estratégias de luta. Para tanto, (res)significam seus tradicionais discursos, suas tradicionais ações e reinventam seus lugares sociais, propiciando uma nova leitura das relações capital-trabalho.

Notas

- 1 Para uma análise detalhada das greves do período, ver Noronha (1991).
- 2 Tradução do francês sob responsabilidade da autora.
- 3 Segundo Grün (2004), os dirigentes tradicionais dos fundos de pensão chegaram à sua administração como prêmio de consolação durante um remanejamento feito nas altas hierarquias das empresas estatais na época das privatizações. Em geral, eram indivíduos provenientes do mercado financeiro, que estavam próximos aos novos bancos de investimento. Assim, os fundos de pensão se tornaram terra de exílio para ex-diretores de grandes estatais.
- 4 Tradução do francês sob responsabilidade da autora.
- 5 A abordagem que questiona o ator racional e o *homo economicus*, se convencionou chamar de nova sociologia econômica. Esta (res)surgiu nos Estados Unidos durante os anos 1970 e 1980, tendo como conceitos-chave o “enraizamento” – que considera que todos

os fenômenos econômicos e sociais estão “enraizados” no conjunto ou em parte da estrutura social – e o conceito de “rede”, ambos de Granovetter (2003). Da mesma forma, o conceito de “construção social do mercado”, de Swedberg (2003), segundo o qual existem elementos sociais, culturais, simbólicos no interior dos mercados, que os olhos dos economistas não podem alcançar, os quais constituem a base da sociologia econômica.

Bibliografia

- AGLIETTA, Michael. (2005), “Associer les salariés à la gestion des entreprises, 30 idées pour réveiller la gauche”. *Liberation*, Paris, 10 nov.
- ANTUNES, Ricardo. (1995), *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. Campinas, Ed. da Unicamp.
- _____. (2002), “Trabalho, reestruturação produtiva e algumas repercussões no sindicalismo brasileiro”, in *Neoliberalismo, trabalho e sindicato*, São Paulo, Boitempo.
- _____. (2004), “A trajetória (e tragédia) do PT”. *Folha de S.Paulo*, 11 abr.
- _____. (2005), *Os sentidos do trabalho*. São Paulo, Boitempo.
- BEYNON, Huw. (2003), “O sindicalismo tem futuro no século XXI?”, in Marco Aurélio Santana & José R. Ramalho (orgs.), *Além da fábrica*. São Paulo, Boitempo.
- BOURDIEU, Pierre. (1998), *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo, Perspectiva.
- _____. (2001), *Meditações pascalianas*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.
- CASTEL, Robert. (2003). *L'insécurité sociale qu'est-ce q'être protégé?* Paris, Seuil (La Republique des Idées).
- DOUGLAS, Mary. (1998), *Como as instituições pensam*. Trad. Carlos Eugênio Marcondes de Moura. São Paulo, Edusp.
- GRANOVETTER, M. (2003), “A ação econômica e estrutura social: o problema da incrustação”, in R. Marques & João Peixoto (orgs.), *A nova sociologia econômica: uma antologia*. Oeiras: Celta Ed.
- GROZELIER, A. M. (2006), “Les syndicats difficilement em phase avec les transformations du travail”. *Mouvements*, Paris, n. 43, jan./fev.
- GRÜN, Roberto. (2003), “Fundos de pensão no Brasil do final do século XX: guerra cultural, modelos de capitalismo e os destinos das classes médias”. *Revista Mana*, 9, 2.
- _____. (2004), “A evolução recente do espaço financeiro no Brasil e alguns reflexos sobre a arena política”. *Revista de Ciências Sociais*, 47, 1: 5-47.
- GUILHOT, N. (2006), *Financiers, philanthropes: sociologie de Wall Street*. Paris, Raison d'agir.
- JARDIM, Maria Aparecida Chaves. (2007), *Entre a solidariedade e o risco: sindicatos e fundos de pensão em tempos de Governo Lula*. Tese de doutorado em Ciências Sociais. São Carlos, UFSCar.

- LEITE, Márcia de Paula. (2003), *Trabalho e sociedade em transformação: mudanças produtivas e atores sociais*. São Paulo, Abramo.
- LORDON, F. (2000), *Fonds de pension piège à cons? Mirage de la démocratie actionnariale*. Paris, Raison d'agir.
- MARQUES, R. (2003), "Os trilhos da nova sociologia econômica", in R. Marques & João Peixoto (orgs.), *A nova sociologia econômica: uma antologia*. Oeiras, Celta Ed.
- MAUSS, Marcel. (1974), "Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas", in *Sociologia e antropologia*. São Paulo, Edusp.
- MOURIAUX, René. (2003), "O sindicalismo dos países industrializados em fins dos anos de 1970: efetivos, estruturas e estratégias", in Marco Aurélio Santana & José R. Ramalho (orgs.) *Além da fábrica*, São Paulo, Boitempo.
- NORONHA, Eduardo. (1991), "A explosão das greves nos anos 80", in Armando Boito (org.), *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- OLIVEIRA, Francisco. (2003), *Crítica à razão dualista. O ornitorrinco*. São Paulo, Boitempo.
- _____. (2006), "O momento Lênin". *Novos Estudos Cebrap*, 75.
- PEDROSO, A. (2005), *A privatização do setor elétrico paulista: suicídio de um grupo*. Tese de doutorado em Ciências Sociais. São Carlos, UFSCar.
- RAMALHO, José Ricardo (2002), "Precarização do trabalho e impasses da organização coletiva no Brasil", in *Neoliberalismo, trabalho e sindicatos*, São Paulo, Boitempo.
- REMOND, A. (2002/2003), "Quelle représentation pour les salariés-actionnaires?", *Revue de L'Ires*, Paris, 40.
- RODRIGUES, Iram. (1991), "As comissões de empresa e o movimento sindical", in Armando Boito (org.), *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- _____. (2002), "Sindicalismo, emprego e relações de trabalho na indústria automobilística", in *Neoliberalismo, trabalho e sindicatos*, São Paulo, Boitempo.
- _____. (2003), "Relações de trabalho no ABC paulista na década de 1990", in Marco Aurélio Santana & José R. Ramalho (orgs.), *Além da fábrica*. São Paulo, Boitempo.
- RODRIGUES, Leôncio. (1991), "As tendências políticas na formação das centrais sindicais", in Armando Boito (org.), *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*, Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- _____. (2002), *Destino do sindicalismo*. São Paulo, Edusp.
- SANTANA, Marco Aurélio (2002), "O sindicato brasileiro nos anos 1980/2000". *Cadernos Adenauer*, ano 3, n. 2.
- SANTANA, Marco Aurélio & RAMALHO, José Ricardo. (2003), "Trabalhadores, sindicatos e a nova questão social", in Marco Aurélio Santana & José R. Ramalho (orgs.), *Além da fábrica*. São Paulo, Boitempo.

SAUVIAT, Catherine. (2003), *Syndicats et marchés financiers*. Paris, Ires.

SWEDBERG, Richard. (2003), "A nova sociologia econômica: o que já se atingiu, o que se seguirá?", in R. Marques & João Peixoto (orgs.), *A nova sociologia econômica: uma antologia*. Oeiras, Celta Ed.

- Artigo recebido em set/2006
- Aprovado em abr/2007

Resumo

Criação e gestão de fundos de pensão: novas estratégias sindicais

Este artigo faz um mapeamento das novas formas de inserção e participação do sindicalismo brasileiro no contexto de arrefecimento de suas tradicionais estratégias de luta. A revisão bibliográfica sinaliza uma aproximação entre os sindicatos brasileiros (e também estrangeiros) com o mercado financeiro. Esse diálogo tem se apoiado no discurso de governança corporativa, responsabilidade social e de defesa da poupança dos trabalhadores. Assim sendo, a criação e sobretudo a gestão de fundos de pensão torna-se parte da agenda de sindicatos e centrais sindicais, que reinventam seu lugar social e suas estratégias de luta.

Palavras-chave: Sindicatos; Crise sindical; Fundos de pensão; Mercado financeiro; Novas estratégias.

Abstract

Conception and management of pension funds: new trade union strategies

This paper maps out the new forms of participation and insertion of Brazilian trade unions, in the cooling off context of its traditional struggle strategies. The bibliography review indicates that national (and also foreign) trade unions have approached the financial market. This dialogue is supported by corporate governance, social responsibility, and workers savings defense discourse. Therefore, the conception and, above all, management of pension funds have become part of the agenda for trade unions and trade union centers, which have reinvented their social place and struggle strategies.

Keywords: Trade union; Trade union crisis; Pension funds; Financial market; New strategies.

Résumé

Création et gestion de fonds de pension: nouvelles stratégies syndicales

Il s'agit d'un article qui fait le répertoire des nouvelles formes d'insertion et de participation du syndicalisme brésilien, dans le contexte d'affaiblissement de ses traditionnelles stratégies de lutte. La révision bibliographique remarque le rapproche entre les syndicats brésiliens (et aussi étrangère) avec le marché financier. Ce dialogue est appuyé sur le discours de gouvernance d'entreprise, de responsabilité sociale et à la défense de l'épargne du travailleurs. Donc, la création et notamment la gestion de fonds de pension sont devenu partie de l'agenda des syndicaux et des centrales syndicaux, en train de réinventer leurs lieux sociales et leurs stratégies de lutte.

Mots-clés: Syndicats; Crise syndical; Fonds de pension; Marché financier; Nouvelles stratégies.